

MÍDIAS DIGITAIS: OS IMPACTOS NO ENSINO NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DO TOCANTINS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

MEDIOS DIGITALES: LOS IMPACTOS EN LA ENSEÑANZA EN LAS ESCUELAS DEL ESTADO DE TOCANTINS SOBRE LA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

Andréa Siqueira de Melo¹
(PPGHispam-UFT)

Maria de Jesus Pereira dos Santos²
(PPGHispam-UFT)

George Leonardo Seabra Coelho³
(PPGHispam-UFT)

RESUMO

Este artigo abordará sobre como as mídias digitais tornaram-se ferramentas importantes para a educação - o ensino - no município de Porto Nacional/Tocantins durante a pandemia de Coronavírus no ano de 2020. Para tanto, analisaremos os impactos do novo conceito de ensino e mídias digitais por meio das leituras de Andrew Feenberg. Os procedimentos metodológicos qualitativos estão embasados no levantamento de informações a partir de pesquisas bibliográficas em publicações on-line como revistas, jornais e legislação. O contexto educacional teve que se adaptar e buscar novas estratégias de ensino ao utilizar as mídias digitais para dar continuidade às atividades escolares. Foi possível constatar os inúmeros desafios que alunos, professores e comunidade escolar perpassaram para garantir o cumprimento do calendário escolar, o qual foi concebível por meio de aulas não presenciais. Há também a análise das políticas públicas do governo do Estado e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte na elaboração de um plano de ação diante do novo contexto de ensino.

Palavras-chave: Covid-19; Isolamento Social; Educação; Tecnologias Digitais; Ensino.

¹ Graduada em História (UNITINS). Mestranda em História das Populações Amazônicas (PPGHispam-UFT). Professora da Rede Estadual de Ensino (SEDUC), Porto Nacional, Tocantins, Brasil. Endereço para correspondência: Rua 06 quadra 07 lote 15, número 912, Setor Porto Real, Porto Nacional, Tocantins, Brasil, CEP: 77500-000. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0729-8669> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0843267508399938>. E-mail: drea.siqueira@gmail.com.

² Graduada em História (UNITINS). Mestranda em História das Populações Amazônicas (PPGHispam-UFT). Professora da Rede Estadual de Ensino (SEDUC), Porto Nacional, Tocantins, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Dom Alano número 2350 casa A, Centro, Porto Nacional, Tocantins, Brasil, CEP: 77500-000. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4787-2407> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3844177433786232> .E-mail: mariadejesussantos@mail.uft.edu.br

³ Doutor em História (UFG). Professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins, Brasil. Endereço para correspondência: Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/N - Jardim do Ipês I, Porto Nacional - TO, 77500-000. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3166-4008> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098> .E-mail: george.coelho@hotmail.com.

RESUMEN

Este artículo abordará cómo los medios digitales se convirtieron en una importante herramienta para la educación en el municipio de Porto Nacional-Tocantins durante el período de la pandemia de 2020. Para ello, analizaremos los impactos del nuevo concepto de educación y de los medios digitales a través de la comprensión de Andrew Feenberg. Los procedimientos metodológicos cualitativos se basan en el levantamiento de información a través de la investigación bibliográfica en publicaciones en línea como revistas, periódicos, legislación y cuestionario. Entendemos que el contexto educativo ha tenido que adaptarse y buscar nuevas estrategias y modos de estudio al utilizar los medios digitales para continuar con las actividades escolares. Observamos los numerosos retos que los alumnos, los profesores y toda la comunidad escolar tuvieron que superar para garantizar el cumplimiento del calendario escolar, que fue posible gracias a las clases no presenciales. También analizaremos las políticas públicas del gobierno del Estado y de la Secretaría de Educación, Cultura y Deportes en el desarrollo de un plan de acción frente al nuevo contexto docente.

Palabras clave: Covid-19; Aislamiento social; Educación; Tecnologías digitales; Enseñanza.

Introdução

Neste artigo abordaremos os impactos educacionais proporcionados pelas mídias digitais – nas aulas remotas – durante a pandemia de Coronavírus (COVID-19) no ano de 2020. Foi notório como o isolamento social, provocado pela crise sanitária e humanitária, impactou o fechamento das escolas e, de modo geral, trouxe a necessidade da adoção de novas estratégias que garantissem a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, bem como o acesso às estratégias por parte dos educadores e estudantes. Nesse contexto, este estudo procura contribuir com a área da História da Educação do estado do Tocantins, uma vez que trabalhamos com a realidade educacional e tecnológica nessa unidade do território brasileiro. Além disso, abordamos alguns desafios que professores e estudantes da rede pública estadual tiveram que superar dentro de um modelo de educação marcado por processos excludentes.

Ao problematizar as mudanças e os desafios do ensino advindos do impacto da pandemia do COVID-19, torna-se fundamental refletir como essas questões permearam a educação mediada pelas tecnologias digitais. Habowski e Conte (2018, p. 1) analisam que diante do desenvolvimento tecnológico e seus impactos sociais, torna-se fundamental entender as problemáticas que as tecnologias provocam nas reflexões educacionais. As sociedades modernas são, por si só, tecnológicas e há a necessidade de se pensar no “novo normal” ou em uma nova realidade que tem como parâmetro a apropriação das tecnologias digitais.

As tecnologias (digitais, educacionais, dentre outras) surgem como uma das alternativas na educação, mas não como um destino, até mesmo os seus usos não determinam sozinhas a excelência do/no ensino; ao contrário, pode tornar o processo automatizado e sem sentido formativo. Portanto, é necessário criar estratégias educacionais para as tecnologias em que os próprios estudantes e os professores põem na mesa algumas considerações nas quais se inclui

o desejo de criar ferramentas que apoiem a interação humana” (FEEMBERG, 2003, p. 10). Na análise de Feenberg (2003, p. 11) sobre a democratização da tecnologia, o autor ressalta que “a teoria crítica da tecnologia abre a possibilidade de pensarmos sobre tais escolhas e de submetê-las a controles mais democráticos”. Por essa razão, não temos que esperar por um Deus para nos salvar, como Heidegger protestou, mas podemos esperar salvarmo-nos através da intervenção democrática na tecnologia” (FEEMBERG, 2003, p. 11).

Esta filosofia crítica da tecnologia, segundo Neder, convida a reintegrar valores esquecidos ou desprezados convencionalmente entre a maioria dos artefatos tecnológicos e sistemas com os quais convivemos ou dependemos (NEDER, 2010). A teoria crítica da tecnologia sustenta, ainda, que chegou o momento de estender a democracia também à tecnologia. Para Feenberg (2003, p. 9):

A teoria crítica reconhece as consequências catastróficas do desenvolvimento tecnológico ressaltadas pelo substantivismo⁴, mas ainda vê uma promessa de maior liberdade na tecnologia. O problema não está na tecnologia como tal, senão em nosso fracasso até agora em inventar instituições apropriadas para exercer o controle humano dela. Poderíamos domar a tecnologia submetendo-a a um processo mais democrático de projeto [*design*] e desenvolvimento.

De acordo com essa teoria crítica, os valores incorporados na tecnologia são socialmente específicos e não são representados adequadamente por tais abstrações como a eficiência ou o controle. A tecnologia não molda só um modo de vida, mas muitos possíveis estilos diferentes de vida, cada um dos quais reflete escolhas diferentes de objetivos e extensões diferentes da mediação tecnológica (FEENBERG, 2003, p. 10). Na teoria crítica, desse modo, as tecnologias não são vistas como ferramentas, mas como estruturas para estilos de vida (FEENBERG, p. 10).

Além dos desafios de levar os princípios democráticos para as tecnologias digitais, as mídias digitais têm sido percebidas pelos docentes como um grande desafio. Segundo Lévy (1999), da cibercultura desprendem-se considerações sobre a nova relação com o saber e seus consequentes desdobramentos na educação e, ao mesmo tempo, revela impactos na formação e

⁴ Feenberg defende a teoria crítica para tratar da tecnologia em oposição ao *determinismo* e ao *substantivismo*. Para Feenberg, “a tecnologia não pode ser determinista se ninguém consegue prever o futuro” (MARICONDA; MOLINA, 2009, p. 167): “O determinismo é somente uma estória feita para mostrar porque as coisas têm que ser como são. Na realidade, há sempre escolhas e alternativas”. O substantivismo é um argumento distópico elaborado por Heidegger e Marcuse. Para esses dois pensadores, a tecnologia domina tudo. Porém, Feenberg pensa que essas teorias eliminam a agência humana. As teorias deterministas e substantivistas “fazem parecer que a tecnologia tem sua própria lógica de desenvolvimento, mas nós descobrimos que podemos agir e mudar a tecnologia, portanto essas teorias não podem ser verdadeiras” (MARICONDA; MOLINA, 2009, p. 168).

na construção da inteligência coletiva. A perspectiva apontada pelo autor abre novos caminhos para as aprendizagens permanentes e personalizadas por meio da navegação on-line; para a orientação dos estudantes em um espaço do saber flutuante e destotalizado, inclusive fora do espaço formal de escolarização; para as aprendizagens cooperativas e a inteligência coletiva no centro de comunidades virtuais; para a desregulamentação parcial dos modos de reconhecimento dos saberes; e, por fim, para o gerenciamento dinâmico das competências em tempo real (LÉVY, 1999, p. 177).

No que se refere às transformações nas formas de se relacionar com os saberes, Grandisoli, Jacobi e Marchini (2020, p. 1) também levantam alguns questionamentos. Segundo os autores:

Apesar de fundamentais nesse momento, as mudanças trazidas por esse novo modelo de ensino aliadas aos desafios do afastamento social trouxeram impactos aos profissionais da educação, estudantes e também às famílias, que se viram à frente de uma nova realidade bastante desafiadora dos pontos de vista técnico e educacional, a qual precisa ser melhor compreendida em suas diferentes.

Com base nesses pressupostos, nossa abordagem partirá das questões sobre as dificuldades enfrentadas por professores e alunos da Rede Estadual de Ensino no estado do Tocantins, particularmente no Centro de Ensino Médio Professor Florêncio Aires de Porto Nacional, no município de Porto Nacional. Para orientar nossa análise, partiremos dos seguintes questionamentos: Quais políticas públicas foram criadas para reorganizar o calendário escolar e a metodologia de ensino no estado do Tocantins? Quais os efeitos do isolamento social e as dificuldades encontradas pela comunidade escolar? Quais resultados encontrados durante o início das aulas não presenciais e o final do segundo semestre de 2020? Esta pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica que buscou retratar e contextualizar o ensino da rede estadual para, em seguida, analisar alguns resultados preliminares desses impactos, uma vez que esta pesquisa ainda se encontra em andamento.

Pandemia, isolamento social e seus efeitos na Educação

A Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada no dia 31 de dezembro de 2019 sobre uma pneumonia sem causas conhecidas em Wuhan, na China. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou surto de Emergência de Saúde Pública Internacional. No mês seguinte, no dia 4 de fevereiro, o Ministério da Saúde no Brasil editou a Portaria n. 188/GM/MS declarando

Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo COVID-19.

Na sequência, Estados e Municípios editaram decretos e outros instrumentos legais e normativas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, entre as quais, a que diz respeito à suspensão das atividades escolares. Em 11 de março, a OMS declarou que a disseminação comunitária da COVID-19, em nível mundial, foi caracterizada como pandemia. Para contê-la, a OMS recomendou três ações básicas: o isolamento social, o tratamento dos casos identificados e os testes massivos. No Brasil, em março de 2020, as redes de ensino pública e privada suspenderam temporariamente as aulas.

O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) propôs aos líderes dos sistemas e organizações educacionais que desenvolvessem planos para a continuidade dos estudos por meio de modalidades alternativas enquanto durasse o período de isolamento social, haja vista a necessidade de manter a educação das crianças, jovens e adultos (CORDEIRO, 2020). A pandemia provocada pelo COVID-19 gerou diversos impactos na educação em todo o mundo, submetendo milhões de estudantes a um novo estilo de vida e de processo educacional. Diante do risco de contaminação com as aulas presenciais, o que ocorreu foi a suspensão imediata das atividades educacionais. Centenas de países reinventaram as práticas de ensino para não afetar o cumprimento do calendário escolar. No campo educacional foram tomadas diferentes medidas, de antecipação de férias até a suspensão temporária das aulas.

A educação foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela crise humanitária ainda em curso. Afinal, ir e voltar da escola fazia parte do dia a dia de milhões de crianças, adolescentes e adultos que, de repente, viram o cenário mudar. Com o fechamento das instituições de ensino, toda a dinâmica de aulas, exercícios e avaliações foi estabelecida no ambiente virtual. Portanto, ocorreu uma amplificação no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no campo educacional. Na maioria dos casos de forma apressada e sem a estrutura adequada para que a educação à distância e/ou ensino remoto emergencial produzisse resultados de qualidade. Os efeitos negativos dessa amplificação das TDICs foram sentidos em maior escala pelos estudantes e professores da educação básica da rede pública, uma vez que muitos desses sujeitos não empregavam qualquer mecanismo digital antes da crise sanitária.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP (2019) apontaram que cerca de 48 milhões de estudantes deixaram de frequentar as atividades escolares presenciais em mais de 180 mil escolas da rede pública do ensino básico por todo o Brasil. Essas informações abrangem 94% das escolas de educação básica que atenderam às determinações da Medida Provisória (MP) 934, de 1º de abril de 2020, editada pelo Governo Federal. Assim, tal MP dispôs sobre as normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior. Esse documento considerou a situação de emergência de saúde pública prevista na Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Ela flexibilizou, ainda, o cumprimento do calendário escolar ao dispensar a obrigatoriedade do mínimo de dias letivos, desde que cumpridas a carga horária mínima exigida.

Estudos futuros pontuarão a desigualdade entre os sistemas públicos e privados da educação básica, assim como a desigualdade socioeconômica entre as famílias dos estudantes de cada sistema de ensino (CUNHA, 2020). Para Cunha (2020), enquanto alunos de escolas particulares aprendem por meio de diversos recursos e estratégias combinadas, com uso de vídeo ao vivo ou gravado, envio de tarefas, mentoria e sessões em grupos menores para sanar dúvidas, em ambiente digital, muitos estudantes das escolas públicas sequer possuem acesso à internet. Além disso, não são todos os municípios que possuem estrutura de tecnologia para ofertar o ensino remoto; e mais, nem todos os professores – tanto de escolas particulares quanto de escolas públicas – têm a formação adequada para ministrar aulas virtuais.

Outra realidade que pode complicar a adesão de alunos às aulas on-line são os *softwares* utilizados para esse fim, que, em sua grande maioria, são desenvolvidos para funcionar exclusivamente em computadores, ambiente acessado atualmente por apenas 57% da população brasileira (IBGE, 2020). Segundo o levantamento do IBGE, muitas crianças da geração Z⁵ nunca ligaram um computador, e 97% dos brasileiros acessam a internet apenas pelo celular.

A pandemia do COVID-19 trouxe múltiplos enfrentamentos sociais. Entre esses desafios podemos citar: o fechamento das escolas e a urgente necessidade de adotar novas medidas e estratégias de ensino. Entendemos que o recurso às TDICs garantiu, em certa medida, a continuidade do ano letivo. Essa constatação apresenta um novo modelo de aprendizagem mediado pelas TDICs ou que os professores as tenham como parâmetro em suas práticas

⁵ Geração Z pode ser definido como o conjunto de indivíduos que nasceram nas primeiras décadas do século XXI, mais precisamente aqueles que tiveram acesso à tecnologia digital desde os seus primeiros anos de vida.

pedagógicas. Porém, desde o início da pandemia, poucos estavam aptos a utilizá-las em suas aulas (GRANDISOLI, JACOBI, MARCHINI, 2020, p. 1).

Tocantins e a educação na pandemia

No dia 04 de março de 2020, o governo do Tocantins e a Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (SEDUC-TO) apresentaram uma proposta de retomada do ano letivo e novo modelo de educação como forma de enfrentamento e avanço ao COVID-19. A proposta foi construída pela comissão de estudos e sistematização de orientações e normas, a qual teve como objetivo assegurar a reorganização do calendário escolar referente ao ano de 2020 (SEDUC, 2020). O governo do estado do Tocantins, por meio do decreto 6.065 de 13 de março de 2020, propôs a ação preventiva para o enfrentamento do COVID-19. Dessa forma, o Diário Oficial dispôs que:

CONSIDERANDO a preocupação governamental quanto à garantia da ordem pública e do bem-estar social, não medindo esforços para superar os desafios impostos por esse cenário de crise mundial, consoante se verificou no Decreto 6.064, de 13 de março de 2020, sabendo-se que a disseminação do vírus já é realidade no país e que ações destinadas a seu enfrentamento devem ser prontamente executadas, DECRETA: Art. 1º São suspensas, pelo período de 16 a 20 de março de 2020, todas as atividades educacionais nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino e na Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS. Parágrafo único. O prazo deste artigo pode ser prorrogado a partir da comprovação da necessidade e conveniência, segundo os próximos boletins oficiais emitidos pelos órgãos de saúde do país e deste Estado, bem assim pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Art. 2º É recomendado ao Conselho Estadual de Educação, dadas as competências definidas no §1º, do art. 133, da Constituição Estadual, proceder às tratativas com os Municípios e instituições de ensino privado quanto à adesão à providência de que trata este Decreto (TOCANTINS, 2020).

Entretanto, a proposta inicial seria a retomada de forma gradual de ensino híbrido, que promovesse uma mistura entre o ensino presencial e propostas de ensino on-line. Essa decisão integraria a educação presencial à tecnologia. Devido ao avanço do COVID-19 no estado do Tocantins e o aumento significativo de casos de infecção, o governo estadual lançou, durante o ano, decretos de suspensão das aulas, chegando ao final do segundo semestre de 2020 sem aulas presenciais em toda rede estadual. Para entender os impactos desta política educacional, a SEDUC-TO fez um levantamento e diversos diagnósticos de toda rede estadual no documento de Plano de Continuidade das Atividades Escolares, e são pilares da proposta:

- A segurança dos profissionais da educação e dos estudantes.

- O respeito à diversidade da comunidade escolar do Estado.
- Garantir a conclusão da 3ª série do EM aos 16.090 estudantes da rede estadual, dentro do calendário civil sem comprometimento dos estudantes nos vestibulares e ENEM.
- Garantir que os estudantes da rede estadual não percam o ano letivo 2020. Carga horária relativa ao cumprimento das 800h mínimas relacionadas ao calendário escolar 2020, será executada em 2021, em formato de créditos sem comprometimento do calendário letivo de 2021.
- Garantir que o ano de 2021 não seja comprometido em decorrência do ano de 2020, prevendo o início das aulas para o mês de fevereiro /2021 (SEDUC-TO, 2020).

A partir da leitura dos pontos destacados, vemos as possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais. Essas premissas foram prontamente adotadas na rede estadual de ensino do Tocantins, de modo que se seguiu as recomendações:

- elaboração de sequências didáticas construídas em consonância com as habilidades e competências preconizadas por cada área de conhecimento na BNCC;
- estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros;
- realização de testes *on-line* ou por meio de material impresso a serem entregues ao final do período de suspensão das aulas;
- utilização de mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Facebook, Instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais (SEDUC-TO, 2020).

Uma estratégia utilizada em algumas escolas foi o uso de aplicativos como o *WhatsApp*[®], a qual estava prevista na normativa, conforme exposto acima. Esse recurso foi uma forma de manter a proximidade entre educadores e estudantes para que pudessem se comunicar durante o período de isolamento social. Entretanto, verificou-se que uma parcela expressiva dos estudantes não contava com acesso à internet, caracterizando o primeiro grande desafio para as escolas. Além disso, o estudo feito pela observação do trabalho na rede estadual no CEM Professor Florêncio Aires de Porto Nacional constatou que boa parte dos docentes não estava capacitado para mediar o processo de ensino e aprendizagem a partir do uso de tecnologias, tendo que adaptar às pressas a nova realidade. Outro ponto negativo foi a falta de acesso às TDICs, uma vez que diversas localidades contam apenas com acesso ao rádio. Frente a essa realidade, muitos discentes receberam os roteiros de atividades impressos.

Primeiramente, as escolas ficaram incumbidas de realizar toda a confecção dos roteiros de atividades, que nada mais era um bloco de atividades com textos, figuras, páginas de livros didáticos e *links* de *sites* educacionais, local em que os professores inseriam conteúdos que os alunos pudessem responder em casa. Entretanto, essas atividades sobrecarregaram toda a equipe

escolar, pois os servidores foram alocados em outras funções ou duplicando funções para atender as demandas. Ao analisar toda a problemática, a SEDUC-TO retirou das escolas a função da confecção dos roteiros, que passou a ser terceirizada por uma empresa.

Mesmo assim, a partir do trabalho realizado em 2020 no CEM Florêncio Aires, verificamos que a sobrecarga de tarefas foi determinante. Os profissionais de educação durante a pandemia do COVID 19 tiveram que se adaptar bruscamente ao excesso nos usos das tecnologias digitais, situação em que muitos não sabiam lidar, proporcionando vários transtornos, bem como o aumento de licenças médicas. Outro fator relevante foi o excesso de trabalho, consequência dos roteiros de atividades, desde a entrega até a devolução, ambos realizados em ambientes virtuais inadequados.

Um fator importante constatado foi o uso por maior tempo do *WhatsApp*[®]. Tal ampliação do referido aplicativo de mensagens foi provocado pela criação de diversos grupos de turmas criados pelos professores. Essa prática provocou diversas queixas de distúrbios de ansiedade, dificuldade em conciliar trabalho remoto e família, trabalho triplicado para elaboração das atividades e suas correções. Todos esses impactos sociais e emocionais alinharam-se, ainda, com os ambientes fora da escola, ou seja, a falta de compreensão por parte dos pais, que também não estavam preparados para um acompanhamento mais regular nas atividades não presenciais. Segundo a titular da pasta da SEDUC-TO, foi necessário repensar as práticas pedagógicas e as apropriações das TDICs:

“O uso das tecnologias reflete as modificações pelas quais a sociedade passa. A pandemia nos trouxe a demanda de novas estratégias de formação para os profissionais da Educação, considerando que o distanciamento social é uma necessidade do momento. O uso das tecnologias não é novidade para nós, mas precisamos pensar em arquiteturas pedagógicas apropriadas. E é fato que as tecnologias irão receber maior atenção no futuro próximo”, pontuou a titular da Seduc, Adriana Aguiar (TOCANTINS, 2020).

Durante o ano de 2020, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação Cultura e Esporte (SEDUC), realizou cursos de formação de professores. Neles, foram utilizadas as ferramentas TDICs de modo que pudessem ser úteis em oficinas, atividades pedagógicas e também para a assistência psicológica. Uma das consequências da pandemia do COVID 19 no estado do Tocantins, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2020), foi o fato de que cerca de 41 mil crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não frequentaram a escola em 2020. Para enfrentar esse problema, criou-se uma iniciativa

escolar. Conforme explica a titular da SEDUC-TO, Adriana Aguiar, a Busca Ativa nasceu da reestruturação do Plano Evasão Escolar Nota Zero (PENZ), a qual foi uma iniciativa

“realizada por todas as unidades escolares da rede, como um processo de inclusão, por meio de uma ação articulada com os órgãos parceiros. Foram várias estratégias realizadas pelas comunidades escolares. Foram ações de cuidado e acolhimento com cada estudante neste contexto de pandemia”, afirma (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, 2021).

De modo mais claro, a secretaria estadual apoiou-se no programa criado pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que, nada mais era:

“...uma metodologia social e uma plataforma tecnológica gratuitas que apoiam municípios e estados na garantia de direitos de crianças e adolescentes e no enfrentamento do abandono e da exclusão escolares. É desenvolvida pelo UNICEF e pela Undime, com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Em tempos de pandemia do novo coronavírus, foi desenvolvido o guia Busca Ativa Escolar em Crises e Emergências, para apoiar governos estaduais e municipais na garantia do direito à educação de cada criança e cada adolescente em situações de calamidade pública e emergências, tais como pandemias – a exemplo da causada pela Covid-19, desastres naturais e outras.” (UNICEF, 2020).

O UNICEF tem contribuído desde o início da pandemia em respostas à evasão escolar com ações que asseguram que crianças e adolescentes possam ter garantias de ensino seguro, afinal, a educação é um direito constitucional para qualquer cidadão brasileiro. Nesse sentido, entre as ações do UNICEF tem-se o programa Busca Ativa, resposta à evasão implementada pela SEDUC-TO por meio do Plano Evasão Nota Zero, permitindo que o estudante possa voltar à sala de aula e permanecer na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao isolamento social, houve diversos efeitos que afetaram as atividades humanas, inclusive no campo educacional. Considerando a necessidade de inserção dos usos das ferramentas digitais e da modalidade de ensino remoto virtual em substituição temporária às aulas presenciais durante a pandemia da Covid-19, entendemos que o processo – que parecia lento e gradual – foi sistemático e os educadores e profissionais de educação não tiveram muito tempo para adaptações, sendo necessário remodelar planos em curso para adequar ao novo modelo de ensino – claro, impulsionado pela pandemia. Levando em conta as barreiras no

acesso à internet, as desigualdades e a falta de familiaridade com o digital, podemos concluir que o país não está preparado para um ensino totalmente remoto.

Apesar dos impasses, esse contexto propiciou a inserção digital fragilizada, fazendo com que instituições e profissionais repensassem em tempo recorde de adaptação às plataformas digitais. Hoje, vemos que tais plataformas que antes serviam para o campo empresarial foram absorvidas por vários sistemas de ensino. Ao mesmo tempo, o impacto da pandemia na educação trouxe a discussão sobre a urgência de mecanismos para a implementação da educação à distância em nosso país. Os efeitos foram sentidos em maior escala pelos estudantes e professores da educação básica pública, muitos dos quais não faziam uso de qualquer mecanismo digital antes da atual crise. Por essa razão, concordamos com Feenberg (2003) ao afirmar que chegou o momento de estender a democracia também à tecnologia digital.

Para Gohn (2020), muitas são as lições que se podem retirar desses tempos tão sombrios em decorrência do Covid-19. A partir delas, podemos entender os rumos das diferentes ações coletivas no mundo contemporâneo, assim como começar a pensar na sociedade pós-pandemia pautada nas novas estratégias de ação e resistência. Tudo resulta em momentos de aprendizagem para indivíduos, sociedade e governantes. Tais transformações também passam pela educação não formal. Segundo Gohn (2020):

“ com o uso das novas tecnologias nos meios de comunicação, de todos os tipos, desenvolveu novas formas de relacionamentos humanos, com velocidade e tipos de construção de narrativas, impensáveis poucas décadas atrás. Cada cidadão(a), desde que de posse de um aparelho celular, usa suas formas possíveis de letramento para se comunicar, independentemente de seu grau de escolaridade ou daquele que está sendo seu interlocutor. Cada um faz de seu confinamento uma ficção, pois fala, vê, escreve e envia sinais para quem quiser. Estas novidades tecnológicas foram apropriadas rapidamente pelos agentes econômicos que as transformaram não apenas em meios de comunicação social, mas fontes geradoras de empregos precários e renda, como o comércio OnLine e os entregadores de alimentos, os motoboys que passaram a ser, em grande maioria, “ciclobóys”, com longas distâncias e cargas pesadas para entrega em suas bicicletas. Ocorreu também o uso de caráter político das tecnologias nas redes sociais, via a indústria das Fake News para construir e/ou desconstruir as estruturas de poder político, social e econômico, da sociedade e dos governos. Lilia Schwarcz afirmou sobre o século XX; “Investimos tanto na tecnologia, mas não em sistemas de saúde e de prevenção que pudessem conter esse grande inimigo invisível.” A tecnologia também ajudou a dar uma visão dos limites que a ação humana tem quando não a possui. Hospitais sem respiradores não tinham como salvar vidas; pobres, moradores de rua, usuários de drogas nas cracklândias, sem celulares, sem aplicativos, não tinham como se inscrever nos programas emergenciais do governo de ajuda financeira. O retrato da pobreza e

desigualdade também se reproduz. Com tudo isso, estou querendo destacar no cenário os temas da desigualdade. Mas as aprendizagens via educação não formal adquiridas nessas vivências também gerou solidariedade, e voltamos ao foco do COVID 19” (GOHN, 2020, p. 16).

De acordo com Setton (2020), a interligação entre mídia e educação devem tomar como princípios o fato de que os espaços educativos são responsáveis pela produção de uma série de informações e valores. A partir desta constatação, devemos entender que a ampliação das mídias digitais para esses espaços deve ter por base o pressuposto que elas – as mídias digitais – podem auxiliar os indivíduos na organização das ideias por meio de uma prática midiática baseada no ato de troca. Tais experiências exigem a negociação de informação, considerando, as mídias como agentes da comunicação, do diálogo e da mediação com seus consumidores. Seguindo esse raciocínio, Lévy (1999) entende que por meio das aprendizagens permanentes e/ou personalizadas através da navegação, as aprendizagens cooperativas e a inteligência coletiva são capazes de uma desregulamentação parcial dos modos de reconhecimento dos saberes, assim como o gerenciamento dinâmico das competências.

Partindo dessa perspectiva, ao uso dos recursos midiáticos nos processos educativos, surge um novo campo de estudo, baseado no diálogo, na crítica e na pesquisa, que possibilita a construção e valorização da cultura. Nele, a escola e o professor passam a ter um papel importante como agente social, capaz de discutir, orientar e mediar as trocas de saberes apresentadas nas diversas comunicações midiáticas. Outra vez, reiteramos que na teoria crítica, as tecnologias não são vistas como ferramentas, mas como estruturas para estilos de vida (FEENBERG, 2013, p. 10). Essa prática também traz consigo as suas desvantagens, como a falta de computadores e Internet e a inadaptabilidades dos sujeitos aos usos das tecnologias digitais na relação com o saber.

Ao propor estudos sobre os usos das TDIC na escola, não podemos deixar de levantar algumas problemáticas. A primeira nuance refere-se à desigualdade social, produtora da inacessibilidade à Internet e a aquisição de equipamentos tecnológicos por parte considerável da sociedade brasileira. Um segundo dilema diz respeito à precariedade dos suportes tecnológicos encontradas em diversas escolas públicas e privadas. Um terceiro obstáculo para a incorporação das TDIC na escola pode ser apontado pela falta de domínio técnico por parte do professor, o que, de certa forma, leva à rejeição aos seus usos no ensino. Por fim, a última questão, mas não menos importante, está ligada à defasagem de estudos acerca das TDIC no

processo de formação inicial de professores, bem como a pouca oferta de cursos de formação continuada voltada para a apropriação das TDIC no dia a dia desses profissionais. Fica aqui nossa sugestão para futuras pesquisas dedicadas aos impactos das Tecnologias e a Educação.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. *Coronavírus em Wuhan: como 1º epicentro da pandemia foi de ruas desertas a raves em piscinas lotadas*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53833393> Acesso em: 26 de setembro de 2020.

BRASIL. *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações*. Departamento de governança Institucional. Relatório de monitoramento – PDA 2020 / Departamento de Governança Institucional. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021.

BUSCA ATIVA ESCOLAR. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar> acesso em 08 de junho de 2020.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. *O impacto da pandemia na Educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino*. Universidade Federal do Amazonas, 2020.

CRISTIANO HABOWSKI, Adilson; CONTE, Elaine. *A teoria crítica da tecnologia em Andrew Feenberg*. CIET:EnPED, [S.l.], maio 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/131>. Acesso em: 26 de setembro. 2020.

CUNHA, Paulo Arms. *A pandemia e os impactos irreversíveis na educação*. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos/> Acesso em 08 de junho de 2020.

FEENBERG, Andrew. *O que é Filosofia da Tecnologia?* In. NEDER, Ricardo T. (org.) – Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. _ série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Vol. 1. Número 3. 2010. ISSN 2175.2478.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Educação Escolar em tempos de pandemia*. <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>

GOHN, Maria Da Glória. *Educação Não Formal: Direitos E Aprendizagens Dos Cidadãos (ãs) Em Tempos Do Coronavírus* Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-5791-6114> Acesso em 08 de junho de 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. *Busca ativa garante que estudantes mantenham o vínculo com escola e concluem estudos com o ensino não presencial*. Acesso em 08 de junho de 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. *Governo do Tocantins aposta no uso de ferramentas tecnológicas para realizar formações durante a pandemia.* Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/noticias/governo-do-tocantins-aposta-no-uso-de-ferramentas-tecnologicas-para-realizar-formacoes-durante-a-pandemia/71k6a35aqbtw>

GRANDISOLI, Edson; Pedro Roberto Jacobi; Silvio Marchini, *Docência e a COVID-19* p 01. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/educacao-e-pandemia-desafios-e-perspectivas/> acesso em 10 de novembro de 2020.

JORNAL DO TOCANTINS. *Confira quais serviços estão suspensos no Tocantins por medida de prevenção ao novo coronavírus.* Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/confira-quais-servi%C3%A7os-est%C3%A3o-suspensos-no-tocantins-por-medida-de-preven%C3%A7%C3%A3o-ao-novo-coronav%C3%ADrus-1.2016334> Acesso em 10 de outubro de 2020.

JORNAL DO TOCANTINS. *MP recomenda retorno das aulas presenciais na rede estadual com medidas específicas para cada escola.* acesso em 11 de novembro de 2020 Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/mp-recomenda-retorno-das-aulas-presenciais-na-rede-estadual-com-medidas-espec%C3%ADficas-para-cada-escola-1.2147649> Acesso em 10 de outubro de 2020.

JORNAL DO TOCANTINS. *Rede Estadual de Ensino volta com atividades não presenciais para alunos do ensino fundamental* - Jornal do Tocantins. Acesso em 11 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/rede-estadual-de-ensino-volta-com-atividades-n%C3%A3o-presenciais-para-alunos-do-ensino-fundamental-1.2117102> Acesso em 10 de outubro de 2020.

LOPES, Wendell Evangelista Soares. *Andrew Feenberg e a bidimensionalidade da tecnologia.* Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 27, n. 40, p. 111-142, jan./abr. 2015
MARICONDA, Pablo Rubén; MOLINA, Fernando Tula. *Entrevista com Andrew Feenberg.* Scientiæ zudia, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 165-71, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/gyKGFbbrNCpcyP97T6S77NL/?lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

MEC. *Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da covid-19* Acesso em 12 de novembro de 2020 Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2020/09/PARECER-64.2020-Regime-Especial-completa.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Reunião Global de Educação da UNESCO definirá prioridades para a recuperação da aprendizagem pós-pandemia.* Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/96908-reuniao-global-de-educacao-da-unesco-definira-prioridades-para-recuperacao-da-aprendizagem> Acesso em 10 de outubro de 2020.

NEDER, Ricardo Toledo. (Org.). *Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. v. 1, n. 3. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS, 2010.

PORTAL G1. Da descoberta de uma nova doença até a pandemia a evolução da COVID-19 nos twites da OMS. Acesso em 10 de outubro de 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/03/da-descoberta-de-uma-nova-doenca-ate-a-pandemia-a-evolucao-da-covid-19-registrada-nos-tuites-da-oms.ghtml> Acesso em 10 de outubro de 2020.

SEDUC (Secretaria de Educação, Cultura e Esportes). *Governo do Tocantins apresenta proposta de retomada do ano letivo e avanço no novo modelo de educação durante e pós-Covid 19*. Cláudio Paixão e Patrícia Saturno/Governo do Tocantins. Disponível em: <https://seduc.to.gov.br/noticia/2020/6/4/governo-do-tocantins-apresenta-proposta-de-retomada-do-ano-letivo-e-avanco-no-novo-modelo-de-educacao-durante-e-pos-covid-19/> Acesso em 10 de outubro de 2020.

Submetido em: junho de 2022.

Aprovado em: agosto de 2022.

Publicado em: outubro de 2022.